

A HISTÓRIA DA  
INTERPRETAÇÃO  
BÍBLICA E SUAS  
CONTRIBUIÇÕES PARA  
A HERMENÊUTICA  
CONTEMPORÂNEA

THE HISTORY OF BIBLICAL INTERPRETATION AND ITS CONTRIBUTIONS  
TO CONTEMPORARY HERMENEUTICS

LA HISTORIA DE LA INTERPRETACIÓN BÍBLICA Y SUS CONTRIBUCIONES  
A LA HERMENÉUTICA CONTEMPORÁNEA

## RESUMO

---

Este artigo apresenta uma análise crítica e panorâmica da história da interpretação bíblica, desde o período neotestamentário até a era pós-moderna, com o objetivo de identificar contribuições relevantes para a prática hermenêutica contemporânea. A pesquisa é guiada pela pergunta norteadora: Quais contribuições a história da interpretação bíblica pode oferecer aos intérpretes atuais? Foram formuladas três hipóteses principais: a persistência de princípios hermenêuticos fundamentais; a importância do método hoje conhecido como gramático-histórico, consolidado pela tradição reformada; e a necessidade de aprendizado a partir dos erros interpretativos do passado. A metodologia utilizada foi a pesquisa bibliográfica, com análise crítica e comparativa de obras clássicas e modernas sobre hermenêutica bíblica. Os resultados demonstram que o respeito ao sentido histórico e literal, a dependência da iluminação do Espírito Santo e a centralidade de Cristo são fundamentos indispensáveis para a interpretação fiel das Escrituras. Conclui-se que conhecer a história da interpretação é essencial para a formação de leitores e intérpretes que desejam conhecer corretamente a Bíblia e, com isso, estejam preparados para enfrentar os desafios hermenêuticos do contexto contemporâneo.

**Palavras-chave:** Hermenêutica; Interpretação bíblica; História da interpretação; Método gramático-histórico.

---

<sup>1</sup> Bacharel em Teologia (FABAPAR). Pós-graduanda em História da Teologia (FABAPAR). Brasil. E-mail para contato: moniquesonalle@gmail.com

# INTRODUÇÃO

---

A correta interpretação das Escrituras é um dos pilares centrais da fé cristã. Desde o período apostólico até a era contemporânea, o esforço para compreender o significado da Palavra de Deus moldou a teologia, a prática e a missão da Igreja. A história da hermenêutica bíblica revela não apenas a riqueza das abordagens desenvolvidas ao longo dos séculos, mas também os perigos que surgem quando a Escritura é submetida a métodos inadequados ou a pressupostos filosóficos estranhos à sua natureza. A interpretação alegórica desmedida, o racionalismo crítico e o subjetivismo moderno são exemplos de tendências que, em diversos momentos da história, desviaram a leitura bíblica de seu propósito original e, com isso, criaram grandes problemas.

Dessa forma, este estudo é guiado pela seguinte pergunta norteadora: Quais contribuições a história da interpretação bíblica pode oferecer aos intérpretes contemporâneos, a fim de promover uma leitura fiel e responsável das Escrituras? Para responder a essa questão, partem-se das seguintes hipóteses: (1) a trajetória histórica da interpretação revela princípios duradouros que continuam válidos para a prática hermenêutica atual; (2) o método gramático-histórico, consolidado pela tradição reformada, apresenta uma abordagem sólida para a leitura bíblica contemporânea; (3) o conhecimento crítico dos erros do passado é fundamental para o desenvolvimento de uma hermenêutica equilibrada e fiel ao texto.

O objetivo principal deste artigo é apresentar uma análise crítica e panorâmica da história da interpretação bíblica, destacando os principais movimentos hermenêuticos, seus pressupostos epistemológicos e suas implicações para a prática da leitura bíblica hoje. Busca-se não apenas descrever os métodos interpretativos que surgiram ao longo dos séculos, mas também avaliar suas contribuições e limitações à luz da autoridade das Escrituras.

A metodologia empregada consiste em pesquisa bibliográfica e análise crítica de fontes especializadas, como as obras de Bernard Ramm, Louis Berkhof, Henry Virkler, Roy Zuck e Augustus Nicodemus. A abordagem é comparativa e crítica, examinando as diferentes escolas de interpretação em seus respectivos contextos históricos e propondo uma reflexão aplicada às necessidades hermenêuticas contemporâneas.

A relevância deste estudo reside na urgência de reafirmar a autoridade e a suficiência das Escrituras em um contexto cultural marcado pelo relativismo e pela fragmentação interpretativa. Conhecer os erros e acertos do passado é essencial para que o leitor e intérprete contemporâneo possa manejar corretamente as Escrituras, com fidelidade a Deus, dependência espiritual e compromisso teológico.

## 1 A INTERPRETAÇÃO JUDAICA PALESTÍNICA E ALEXANDRÍNICA NO NOVO TESTAMENTO

---

Conhecer a história da interpretação bíblica é fundamental em uma pesquisa voltada à hermenêutica bíblica. Segundo Mickelsen:

A história mostra que a utilização de princípios errados prejudicou o trabalho exegético de excelentes homens, alguns dos quais eram grandes santos. Isso deve servir de alerta para nós contra a interpretação descuidada. Há menos desculpa para nós porque podemos aprender com as lições do passado. (Mickelsen, 1963, p.20 - tradução nossa).

Ela ajuda a entender os erros do passado e evitar implicações futuras, bem como ajuda a reconhecer os esforços exitosos dos grandes pensadores ao longo do tempo na busca pelo correto sentido do texto.

A história da interpretação judaica palestina remonta aos tempos de Esdras e dos escribas pós-exílio babilônico. Esdras leu a Lei e os levitas tiveram de traduzir (Ne 8.3,6-9), possivelmente do hebraico para o aramaico. Eles copiavam as Escrituras com grande cuidado, acreditando que cada letra do texto era Palavra de Deus inspirada, o que fez com que os textos fossem cuidadosamente preservados através dos séculos. No entanto, erraram valorizando mais a tradição oral, que “em última análise, é idêntica às inferências dos rabinos, como um suporte necessário da Lei Escrita e que, no final, era usada como meio para pôr a Lei Escrita de lado” (Berkhof, 2004, p.14).

Pouco tempo depois os rabinos mudaram a vertente interpretativa, apesar de crer que Deus tinha inspirado as Escrituras, acreditaram que ela poderia ter diversos significados, inclusive os casos eventuais. Três rabinos influenciaram o processo de interpretação judaica do primeiro século: Hillel (70 a.C.? – 10 d.C.?), Shammai (50 a.C.? – 30 d.C.?) e Akiba (50? d.C. – 132 d.C.). Para eles: o Pentateuco tinha primazia sobre os Profetas e os Escritos; toda repetição, figura, paralelismo, sinonímia, palavra, letra, partícula, pleonasma e, ainda mais, a própria forma de uma letra possuíam um significado oculto; cada palavra ou letra do texto era Palavra de Deus inspirada; e classificaram os princípios de interpretação em quatro tipos principais: literal, midráshica, peshar e alegórica (Zuck, 1994, p.32).

O método literal era conhecido como peshat, ele buscava o sentido original do texto. O midráshica era a exposição exegética que ia além do literal, procurava penetrar no espírito da passagem, indo além do evidente. A peshar era particular das comunidades de Qumran, muito semelhante às práticas midráshicas, mas com enfoque escatológico. O alegórico pressupunha que o verdadeiro sentido não está no significado literal da Escritura, mas nos sentidos mais significativos, supostamente ocultos no texto (Virkler, 1994, p.36-9).

Os saduceus<sup>2</sup> e os fariseus<sup>3</sup> também representaram formas principais de interpretação. Os saduceus (sacerdotes) utilizavam apenas a Lei (Torá) como Palavra de Deus, isso fez com eles tivessem interpretações bem diferentes, inclusive negando a ressurreição de mortos (At 23.8). Os fariseus, por sua vez aceitavam toda a Tanak (Lei, os Profetas e os Escritos), mas erraram por não praticar as Escrituras (Mt 23), bem como valorizar mais a tradição oral do que o texto escrito.

Jesus considerava toda a Tanak<sup>4</sup>, mas diferia dos grupos citados em seus métodos interpretativos, pois fazia uma leitura cristológica, ou seja, lia o Antigo Testamento à luz de si mesmo. Ele não era literalista extremo, buscava o “espírito” do texto dando-o mais significado (Viertel, 1979, p.161). Criticou os saduceus por ficarem apenas com a Lei (Mt 22.23-33) e censurou os fariseus por darem valor extremo à tradição oral (Mt 15.1-9) (Gusso, 2011, p.8).

Segundo Grant, “Paulo usou grande liberdade com relação ao sentido original das passagens que ele citou. Colocou muita ênfase em palavras individuais, em detrimento do contexto” (Grant, 1963, p.37, tradução nossa). Sua hermenêutica era semelhante à dos rabinos na forma, mas diferente em perspectiva e conteúdo.

Os cristãos contribuíram distintamente para a hermenêutica bíblica quando reinterpretaram radicalmente as Escrituras do Antigo Testamento “à luz dos eventos históricos-redentores relacionados com a encarnação, vida, morte e ressurreição de Cristo, e o surgimento da igreja” (Lopes, 2013, p.116).

<sup>2</sup> Partido religioso judeu da época de Cristo, que negava que a lei oral fosse revelação de Deus aos israelitas, e que cria que somente a lei escrita (Torá) era obrigatória e inspirada para a nação como autoridade divina. Negava as seguintes doutrinas: ressurreição do corpo; imortalidade da alma; existência de espíritos e anjos; predestinação divina.

<sup>3</sup> Seita que parece ter iniciado depois do exílio. Além dos livros do AT, os Fariseus reconheciam na tradição oral um padrão de fé e vida. Procuravam reconhecimento e mérito através da observância externa dos ritos e formas de piedade, tal como lavagens cerimoniais, jejuns, orações e esmolas. Comparativamente negligentes da genuína piedade. Tinham grande influência entre o povo comum. Eram inimigos amargos de Jesus e sua causa, com isso foram duramente repreendidos por ele.

<sup>4</sup> Tanak é o acróstico formado a partir das três primeiras letras das divisões tradicionais do texto massorético: Torá, Nev'im e Ketuvim (Ensino, Profetas e Escritos), que resulta em TaNaK.

O método de interpretação dos judeus de Alexandria foi determinado pela filosofia grega estoica, que utilizou a alegoria para explicar os escritos de seus poetas imorais sem ridicularizá-los. Segundo Lopes, Heráclito (540? – 475? a.C.)

estabeleceu o conceito de hiponóia, ou sentido mais profundo, como uma abordagem às obras de Homero (A Ilíada e a Odisseia) (...), nessas obras os deuses gregos são descritos cometendo traição, imoralidades, vingança, mentindo e praticando outros vícios. Para fugir das implicações óbvias de se interpretar literalmente o que Homero escreveu acerca dos deuses, Heráclito sugeriu que o verdadeiro sentido estava além das palavras (hiponóia). (Lopes, 2013, p.130).

Seguindo essa tendência, sempre que os alexandrinos encontravam no Antigo Testamento alguma coisa que não estava de acordo com a sua filosofia e que ofendia o seu senso de adequação se valiam das interpretações alegóricas para permanecerem fiéis à tradição mosaica sem abandonar filosofia grega. A alegorização uniu a Teologia à Filosofia e Platão a Moisés (Ramm, 1956, p.24-5).

Filo de Alexandria (c.20 a.C. – c.50 d.C.) foi o maior influenciador dessa escola. Ele acreditava que a filosofia se originou do Pentateuco e que a Lei mosaica era sagrada e eterna, ou seja, já existia antes da criação do mundo. Para ele, Moisés pretendeu dizer algo de sua sabedoria ocultando-o além do sentido literal da Torá, isto é, abaixo da letra (rhgtte) ou do óbvio (phanera) está o significado real (hyponoiu) da passagem. Por isso, determinou três regras áureas para a interpretação alegórica das Escrituras: em uma afirmação que contém algo indigno de Deus; em uma afirmação contraditória com outra afirmação ou de qualquer outra maneira nos apresenta uma dificuldade; e em registros naturalmente alegóricos. Os princípios de interpretação de Filo o levaram a encontrar sentidos que não estão no texto (Ramm, 1956, p.27).

A importância de Filo para a história da interpretação bíblica “reside principalmente na influência sobre vários dos primeiros intérpretes cristãos que seguiram o método alegórico” (Lopes, 2013, p.83).

A interpretação judaica, com sua ênfase na tradição oral e no detalhismo exegético, mostra a importância de preservar o texto sagrado e estudá-lo com profundidade. No entanto, a tendência de valorizar a tradição acima das Escrituras levou a distorções que obscureceram a mensagem original. Esse período nos ensina a necessidade de equilíbrio: a tradição pode ser útil como auxílio, mas jamais deve se sobrepôr à autoridade da Palavra de Deus. Além disso, a hermenêutica cristológica de Jesus e dos apóstolos reforça que a interpretação bíblica deve sempre apontar para Cristo e para o plano redentor de Deus.

## 2 A INTERPRETAÇÃO DOS PAIS DA IGREJA (100 – 500 d.C.)

---

Inicia-se o período pós-apostólico que vai, aproximadamente, do segundo ao quinto séculos da era atual. Neste período conhecido como dos “pais da igreja”, destacam-se três escolas de interpretação: Alexandria, Antioquia e Ocidental. A primeira pelo método alegórico de interpretação; a segunda, pela reação aos princípios de interpretação da primeira; e, por fim, a última como intermediária das antecessoras.

A escola de interpretação alegórica de Alexandria dominou a igreja nos primeiros séculos e nos que se sucederam. A filosofia platônica estava viva na forma de Neoplatonismo e do Gnosticismo. O método alegórico foi utilizado pelos Pais da Igreja sobre duas perspectivas: procuraram tornar o Antigo Testamento (AT) um documento Cristão, a fim de unificar a Igreja Cristã, tendo em vista os diversos ataques que o AT sofria naquele tempo; enfatizaram as verdades do Evangelho em suas fantasias para não se envolverem em sacrilégios. Os membros destacados da escola de

Alexandria foram Panteno, o primeiro professor da escola; Clemente de Alexandria (155-216 d.C.); e Orígenes (185-254 d.C.) (Ramm, 1956, p. 29).

Clemente seguiu a linha de interpretação alegórica de Filo. Ensinava que a linguagem dominante das Escrituras era a simbólica misteriosa. Acreditava que o sentido literal só poderia fornecer uma fé elementar, enquanto o sentido alegórico conduziria a um conhecimento real. Apostou na alegoria como meio de despertar a curiosidade dos leitores e tornaria possível o entendimento das Escrituras a todos.

Desenvolveu a teoria de que cinco sentidos estão ligados à Escritura: histórico: as histórias bíblicas; doutrinário: ensinamentos morais e teológicos; profético: inclui tipos e profecias; filosófico: alegorias com personagens históricas, como Sara, que simbolizava a verdadeira sabedoria, e Hagar, que representava a filosofia pagã; e místico: verdades morais e espirituais (Kaiser Jr., 2014, p. 20-21).

Orígenes, um dos maiores eruditos do seu tempo, superou Clemente em erudição e influência. No entanto, destacou-se mais por sua obra de crítica textual. Seguiu o método alegórico de Filo, dando ao método uma base bíblica. Declarou que as Escrituras tinham um sentido triplo: corpo (literal), alma (moral) e espírito (alegórico). Para ele, com o método alegórico era possível encontrar o significado do texto bíblico em meio aos “problemas morais” do Antigo Testamento, e ainda combater os inimigos do Evangelho que atacavam a aplicação do Antigo Testamento. Os sucessores de Orígenes construíram sobre as fundações lançadas por ele, foram eles: Gregório Taumaturgo, seguido de Panfílio e Eusébio (Zuck, 1994, p. 41-42).

Conhecer a história dos intérpretes alexandrinos faz-nos perceber a linha de interpretação que vem se destacando no Brasil. Percebe-se que só por meio da interpretação “espiritualizante” é que muitos mestres, líderes e pastores conseguem convencer seus rebanhos de que estão ensinando a verdade. Alexandria ensina a ter cautela com os que alegam que só os espirituais têm acesso ao conhecimento que está além do sentido claro das Escrituras (Lopes, 2013, p. 138).

A escola de Antioquia, na Síria, nasce como rejeição ao erro do alegorismo existente. O intérprete deveria utilizar a interpretação histórica e literal, por isso incentivaram o estudo das línguas bíblicas originais (hebraico, aramaico e grego). O que deveria unir o Antigo e o Novo Testamento não era a alegoria, mas a tipologia e as profecias, tendo em vista que a interpretação literal incluía a linguagem figurada.

Acreditavam que o significado espiritual dos acontecimentos históricos estava implícito nos próprios acontecimentos, o que os levou a insistir na realidade dos eventos do Antigo Testamento. Acusaram os alegoristas de acabar com a historicidade de grande parte do Antigo Testamento e deixar um mundo sombrio de símbolos. No entanto, não conseguiram se livrar definitivamente da alegoria, pois vez por outra seus representantes retornavam a ela (Ramm, 1956, p.48-50).

A escola de Antioquia foi provavelmente fundada por Luciano de Somosata (240-312 d.C), embora existam especulações de que seja Deodoro. Luciano elaborou estudos comparativos de manuscritos do Novo Testamento, conhecido como a primeira recensão, bem como uniformizou os textos gregos de sua época, trabalho que originou o texto Bizantino ou Sírio (Majoritário) (Lopes, 2013, p. 134-135).

Deodoro (? – c.393 d.C), nativo de Antioquia, foi diretor da escola de Antioquia. Manteve-se fiel à exegese literal e histórica das Escrituras. Escreveu diversas obras. Para ele, a alegoria é uma tolice, representava fábulas absurdas e possibilitava os usuários retirarem o sentido e a história e introduzir uma coisa totalmente diferente.

João Crisóstomo (c. 354 – 407), arcebispo de Constantinopla, seguiu o método literal e histórico das Escrituras. Ficou conhecido não como exegeta, mas como pregador. Chegou a ser apelidado de “Boca de ouro” devido a sua incomparável habilidade de exposição bíblica.

Teodoro da Mopsuéstia (c.350 – 428 d.C.) contemporâneo de Crisóstomo, educado pelo retórico e filósofo Libânio, era de uma integridade

doutrinal incontestável. Bispo de Mopsuéstia (c.393 d.C.). Seguiu o método antioquiano de exegese histórica, até mais judaica de que a de seus contemporâneos. Para ele, a Lei e os profetas deveriam ser interpretados como tipos de Cristo, negando-se o método alegórico (Zuck, 1994, p. 42-43).

A Escola de Antioquia, embora tenha contribuído de forma inestimável para a hermenêutica bíblica, não perpetuou o seu sistema de interpretação na igreja Cristã como se esperava. A causa foi o envolvimento de alguns líderes antioquianos em heresias condenadas pelos concílios ecumênicos da igreja, a exemplo de Nestório (m. 451 d.C.). Ele negou a união verdadeira (hipostática) das duas naturezas de Cristo. Defendeu exageradamente que as duas naturezas estavam separadas em duas personalidades em Jesus. Com isso, Jesus ora agia com a natureza humana, ora com a divina.

O conhecimento da história da escola de Antioquia é relevante pelo menos em dois aspectos: a) Ater-se ao sentido simples e evidente das Escrituras, é o melhor antídoto para evitar a subjetividade do alegorismo extremo; e b) Não ficar preso à busca do significado do texto para o autor original a ponto de não se preocupar com o que ele diz hoje (Lopes, 2013, p. 138).

No mundo de fala latina dos séculos V e VI, surgiu uma hermenêutica intermediária, novos caminhos foram traçados, mas sem perder totalmente os traços anteriores. É possível encontrar elementos da escola alegórica de Alexandria e alguns dos princípios da escola literal de Antioquia, na Síriaca. Uma das características mais acentuadas nesse tempo foi a adesão à autoridade da tradição da Igreja como normativa para a interpretação da Bíblia. Muitos nomes se destacam entre os Pais da Igreja ocidental, mas aqui será visto apenas Jerônimo e Agostinho, devido à erudição, produção e influência (Berkhof, 2004, p. 19).

Jerônimo (c.347 – 419) começou como alegórico extremo, mas depois de receber grande influência da escola Antioquia se retirou parcialmente

da tradição alegórica e enfatizou o método histórico e literal. Para ele, o literal não é contraditório ao alegórico, como afirmavam os extremistas da escola alexandrina. Defendeu que o sentido mais profundo das Escrituras poderia ser descoberto a partir do sentido literal. No entanto, na prática, era um alegorista típico, alegorizando até o Novo Testamento. Por isso não ficou conhecido pelos métodos de interpretação empregados, mas por sua tradução bíblica conhecida como Vulgata Latina. Era mestre em hebraico e grego e deixou um legado exegético como notas linguísticas, históricas e arqueológicas (Ramm, 1956, p. 33).

Agostinho (354 – 430 d.C.), o maior dos Pais da Igreja do seu tempo, não conhecia tão bem as línguas originais quanto Jerônimo, por isso não foi um exímio exegeta. Destacou-se como sistematizador das verdades bíblicas, desenvolvendo um manual de hermenêutica e homilética chamado *De Doctrina Christiuna*, onde estabeleceu diversas regras para exposição da Escritura. Nesse manual, estabeleceu que a Igreja e a tradição da Igreja são as bases para a interpretação. Também adotou um sentido quádruplo das Escrituras: histórico, etiológico, analógico e alegórico (Zuck, 1994, p.44-5).

Defendeu a exegese em detrimento da eisegese: o expositor deve desvendar o sentido do Texto, e não lhes atribuir sentido. Mas, não foi coerente com tal argumento, incorrendo exatamente nesse erro. Segundo Ramm, Agostinho disse que, “o texto bíblico possui mais de um sentido, o que justifica o método alegórico” (Ramm, 1956, p. 36, tradução nossa).

Esses foram os principais aspectos que influenciaram a interpretação da Idade Média. Os intérpretes latinos ajudam o leitor moderno a perceber que é essencial “evitar que nossas crenças prediletas acabem por controlar nossa interpretação das Escrituras” (Lopes, 2013, p. 147). Eles interpretaram a Bíblia de acordo com os próprios pressupostos, ao invés daqueles exigidos pelas Escrituras. No entanto, a nossa hermenêutica deve ser comprometida com a verdade do Evangelho e a centralidade de Cristo.

## 3 PERÍODO MEDIEVAL (500 a 1500 d.C.)

---

A história da interpretação no período dito medieval é bastante longa (500 a 1500). Muitos acreditam que o sentimento interpretativo mais marcante nessa época foi a conformidade obtusa à tradição da igreja como normativa e o alegorismo da Escola de Alexandria. Por isso, Mickelsen afirma que “a Idade Média revela os trágicos resultados do estreito alinhamento entre tradição alegorizante e eclesiástica” (Mickelsen, 1963, p. 37, tradução nossa). A tradição da igreja foi usada como régua para medir os princípios de interpretação, bem como diversas outras coisas, até mesmo para estabelecer o poderio eclesiástico. Os exegetas que discordassem da interpretação oficial da Igreja eram declarados hereges e excomungados. A verdadeira exegese quase não foi utilizada oficialmente para interpretar as Escrituras. Era a doutrina oficial da Igreja que orientava a interpretação de certos versículos que se tomava obrigatório à comunidade cristã (Newport, 1987, p. 52).

Nesse período, prevaleceu a ideia de que o povo era ignorante. Dessa forma, a Bíblia tornou-se para muitos um livro misterioso que só poderia ser entendido de uma maneira mística. Especula-se que o próprio clero vivia em profunda ignorância e não conhecia a Bíblia (Berkhof, 2004, p.20). Muitos não sabiam nem o Latim, a língua das celebrações nas igrejas, por isso decoravam o texto da missa. Por causa do desconhecimento das Escrituras, introduziram diversas imagens no cenário litúrgico, bem como a dramatização dos “mistérios bíblicos” por atores profissionais a fim de sanar essas dificuldades, no entanto os fiéis passaram a adorar essas imagens se distanciando cada vez mais da interpretação correta da Bíblia (Lopes, 2013, p. 150-156).

Uma das maiores preocupações dessa época foi justificar biblicamente as inovações, costumes e doutrinas que estavam surgindo, frutos do uso

equivocado das Escrituras. Surge, então, com João Cassiano (Séculos V) a famosa quadriga (distinção entre quatro sentidos) de interpretação bíblica: histórico ou literal, procurando descobrir o significado pretendido pelo autor; alegórico ou cristológico, que tinha como função chamar à fé em Cristo; moral ou tropológico, governador das obrigações e condutas do cristão; e escatológico ou anagógico, sentido que aponta para o fim dos tempos (Lopes, 2013, p.138).

No entanto, nem todos foram tão passivos diante de tal visão interpretativa religiosa. Tomás de Aquino (1225–1274) procurou dar primazia ao sentido literal das Escrituras, mas também se valeu da quadriga para suas interpretações. Nicolau de Lyra (1279–1340) não condenou o sentido quádruplo, mas considerou em suas interpretações apenas dois sentidos, o literal e o místico, onde o literal tinha prioridade e o místico era visto exclusivamente no literal. Ele incentivou a pesquisa e referência da língua original. João Wycliffe (c.1330–1384), a estrela-d'alva da Reforma, enfatizou a legitimidade das Escrituras como parâmetro para interpretação e fonte de doutrina. Defendeu que a interpretação deveria considerar o método histórico-gramatical. Além disso, foi o primeiro a traduzir Bíblia para o inglês (Zuck, 1994, p.51).

A história da interpretação na idade média revela os danos e desvios doutrinários causados pela união da alegoria com a tradição da Igreja, onde a alegoria teve papel preponderante. Além disso, mostra que a falta de preocupação com o sentido primário, literal e evidente da Bíblia em detrimento de uma interpretação muito “espiritual” tem favorecido uma crise doutrinária e desvios absurdos na teologia da igreja brasileira (Lopes, 2013, p. 157).

## 4 PERÍODO PROTESTANTE (1500 a 1550 d.C.)

---

Muitos estudiosos do passado tentaram estabelecer princípios gramaticais, históricos, tipológicos e teológicos de interpretação da Bíblia, mas foi com os reformadores que isso ocorreu com mais intensidade. Os primeiros reformadores protestantes, ajudados pelo espírito da Renascença, conseguiram transpor a tradição da Igreja e trazer a Bíblia para o seu lugar correto (PIRAGINE JR., 2019, p.24).

A Bíblia passou a julgar as doutrinas e a conduta moral da Igreja, e não o contrário. Passou a ser interpretada pelos métodos corretos: histórico-gramatical, literal e tipológico; além de voltar para a mão do povo, de onde nunca deveria ter saído. Para os reformadores, a Bíblia não é um dos vários pilares que sustentam a casa da fé; é a única fundação. Por isso, o sentido quádruplo das Escrituras foi gradualmente sendo substituído pelo princípio de que a Bíblia tem apenas um sentido e interpreta a si mesma (Virkler, 1987, p.47-8).

Martin Lutero (1483-1546 d.C.), após ler que o justo viverá pela fé (Rm 1.17) e não por meio de indulgência ou por qualquer tipo de mediação da Igreja, percebeu que conhecer o pensamento dos Pais da Igreja não era suficiente para entender a Bíblia. Para ele, “nenhum crente cristão pode ser forçado a reconhecer qualquer autoridade além da Escritura Sagrada, que é exclusividade investida de direito divino” (Bruce, 1977, p. 30, tradução nossa).

Lutero abandonou o método quádruplo de interpretação, chamou-o de “truques de macacos” para mostrar a esperteza do exegeta. Defendeu que a primazia e o conteúdo das Escrituras é Cristo, este está acima de qualquer autoridade. Utilizou a tipologia para interpretar o Antigo Testamento, e não o alegorismo. Ressaltou que o texto devia ser entendido

em termos de seu significado claro e dentro de todo o contexto bíblico (Grant, 1984, p. 93).

João Calvino (1509–1564) foi o maior exegeta da reforma. Suas exposições cobrem quase todos os livros da Bíblia. Seguiu a mesma linha de Lutero e rejeitou as interpretações alegóricas, chamando-as de “jogos fúteis”, além de defender que o texto bíblico interpreta a si mesmo. Segundo Zuck, “acusou diretamente Orígenes de ‘desfigurar as Escrituras em todos os sentidos possíveis, destituindo-as do sentido original’” (Zuck, 1994, p. 54). Ressaltou ainda mais a natureza cristológica das escrituras, embora não tenha visto Cristo em todos os lugares, como Lutero. Priorizou o método histórico-gramatical, a exegese em vez da eixegese. Mostrou a necessidade da iluminação do Espírito Santo e de deixar o autor original dizer o que de fato quis dizer, bem como o tratamento equilibrado da tipologia.

Ulrich Zuínglio (1484-1531) seguiu as linhas gerais de Lutero e Calvino, atuou na Reforma em Zurique. Pregou diversos sermões sobre os evangelhos. Em suas Sessenta e Sete Teses, disse que “todos aqueles que afirmam que o evangelho de nada vale sem a aprovação da igreja estão incorrendo num erro e desacreditando Deus”. Ressaltou a importância das palavras e versículos bíblicos serem interpretados segundo o seu contexto (Berkhof, 2004. p. 23-24).

Nesse período a Igreja Católica não apresentou progresso na área de interpretação. Em sua reação aos reformadores, insistiram que a interpretação por meio da Vulgata latina, levando-se em conta a tradição da Igreja e os escritos dos Pais da Igreja. Não incentivaram o direito à interpretação particular, assim a Igreja continuou a ser o centro da interpretação bíblica e os fiéis submissos a ela. Mas Deus, em sua Soberania, preservou “uma semente, pequenos oásis aqui e acolá”, chamando homens valentes em tempos oportunos para mostrar o caminho que o Seu povo deveria seguir (Lopes, 2013, p.167).

O estudo da interpretação neste período apresenta uma lição importante quando aborda o equilíbrio hermenêutico alcançado pelos reformadores. Eles conseguiram manter juntas a resposta a duas perguntas importantes: O que a Bíblia significou no passado (exegese) e o que ela significa para nós hoje (aplicação). Essa relação entre a busca do sentido literal e a aplicação desse sentido aos nossos dias representa a união do que havia de melhor nas escolas de Alexandria e Antioquia, não foi por acaso que os puritanos deram continuidade e aprimoraram os princípios hermenêuticos da reforma (Packer, 2016, p. 163).

## 5 PERÍODO PÓS-REFORMA (1550-1800 d.C.)

---

O período da pós-reforma testemunhou o triunfo da Reforma Protestante na Europa, mesmo assim foi um tanto conturbado e cheio de atividades marcantes. Foi nesse período que surgiram as quatro maiores tradições do Protestantismo antigo: Luterana, Reformada, Anabatista e Anglicana. O espírito reformador que pairava na Europa contou com a ajuda da recente máquina de impressão para tornar a Bíblia acessível às pessoas comuns. Todo esse movimento deveria ter gerado muitos avanços nas questões de espiritualidade e de interpretação, mas é possível notar o crescimento do mau uso das escrituras como texto prova para argumentos particulares e racionais, principalmente em resposta às contrapartidas da Igreja Católica (Zuck, 1994, p. 56-57).

## 5.1 ESCOLASTICISMO PROTESTANTE OU CONFESSIONALISMO

---

O período do escolasticismo protestante ou confessionalismo foi assim denominado pelo fato de a interpretação bíblica, em grande parte, ter se limitado a mera escolha de textos para comprovação dos credos ou confissões de fé pré-estabelecidas. Farrar (1961) fez duras críticas a esse período reduzindo a interpretação à reintrodução do escolasticismo cristão da idade média, uma vez que buscou promover o confessionalismo e o sobrenaturalismo ao invés de priorizar o aspecto humano das escrituras.

Mas, segundo Lopes, embora muitos erros tenham ocorrido nesse período a opinião de Farrar é um tanto exagerada. Para ele, “seria uma radicalização injustificada rejeitar in totum o trabalho dos estudiosos protestantes escolásticos” (Lopes, 2013, p. 170). É possível dizer, então, que esse período demonstrou a dificuldade encontrada pelos protestantes em livrar-se totalmente do equivocado método de interpretação da Igreja Católica.

Berkhof afirmou que: “embora recusassem sujeitar sua exegese ao domínio da tradição e da doutrina da Igreja como formulada pelos concílios e papas, corriam o perigo de escravizá-la aos Padrões Confessionais da Igreja” (Berkhof, 2004, p. 24). Cada um desenvolveu o seu credo e defendeu a sua posição, principalmente em reação ao Concílio de Trento, que se reuniu de 1545 a 1563 para organizar os dogmas da Igreja Católica Romana em resposta à reforma protestante. Para Zuck,

após o Concílio de Trento, os protestantes puseram-se a delinear suas próprias doutrinas, a fim de defender seus ensinamentos. Assim, o pós-Reforma foi uma época de dogmatismos teológicos, uma época de caça às heresias e de um rigoroso protestantismo doutrinário. (Zuck, 1994, p. 58).

Os credos protestantes somaram um número tão expressivo que é possível dizer que quase todas as cidades importantes tinham seu credo predileto, fazendo da exegese uma criada da dogmática (Virkler, 1987, p. 50).

Além disso, houve grande controvérsia entre os protestantes. Eles dividiram-se em grupos inspirados pelo espírito militante da era e redigiram diversos textos polêmicos apelando às Escrituras para defender a sua própria opinião. Segundo Berkhof, “a exegese se tornou a serva do dogmatismo e degenerou em mera pesquisa de textos-prova. As Escrituras eram estudadas para que se pudesse encontrar nelas as verdades incluídas nas Confissões” (Berkhof, 2004, p. 24-25).

Posteriormente, muitas críticas foram destinadas aos reformadores desse período<sup>5</sup>, principalmente pelos intérpretes modernos. Mas segundo Lopes,

essas controvérsias eram inevitáveis, desde que a Reforma havia rejeitado a autoridade final da hierarquia da Igreja de Roma e introduzido o conceito de livre exame das Escrituras. Com isso, vários entendimentos diferentes apareceram, provocando o desejo de uma formulação sistemática cada vez mais detalhada (Lopes, 2013, p. 170).

Além da consequência imediata à escolha do livre exame<sup>6</sup> da Bíblia, as controvérsias também aconteceram por uma questão de sobrevivência. Muito do que havia sido conquistado pelos reformadores estava sendo

<sup>5</sup> Uma obra que aprofunda essas críticas é Lopes, 2013, p. 169-170.

<sup>6</sup> Livre exame das Escrituras, na visão reformada, não significa dizer que todos podem interpretar a Bíblia de acordo com a sua própria vontade, mas que terão acesso à mesma e poderão lê-la livremente

perdido com a Contrarreforma<sup>7</sup> e o extenso trabalho dos Jesuítas<sup>8</sup>. Para evitar danos maiores, as igrejas precisaram elaborar respostas claras e objetivas em forma de tratados e catecismos que facilitariam o ensino e a maior compreensão. Martin Lutero publicou uma edição do Enchiridion, ou Catecismo menor, a fim de apresentar o Evangelho de forma clara e objetiva aos jovens de sua época que estavam afundados na imoralidade e no desconhecimento de Deus (Lopes, 2013, p. 171).

Embora haja muitas críticas e controvérsias, é possível observar que os pressupostos teológicos dos confessionalistas eram semelhantes aos dos Reformados, principalmente de João Calvino. Dessa forma, eles apresentam ao intérprete contemporâneo a necessidade de perceber que o conhecimento de Deus só é possível através das Escrituras, por intermédio do Espírito Santo. Outra contribuição é o perigo de buscar a Bíblia apenas para encontrar textos-prova a fim de demonstrar pensamentos do próprio leitor. A Bíblia precisa ser lida com espírito de oração, com o coração humilde e quebrantado, pois só assim Deus falará o que é preciso ouvir e não o contrário. Como protesto ao confessionalismo surgiu o Pietismo, que será o assunto do próximo tópico.

## 5.2 PIETISMO

O movimento conhecido como pietismo surgiu como protesto saudável ao dogmatismo doutrinário e institucional da pós-reforma, marcado pela fragilidade de fé pessoal e da escassez de ética cristã. Cansados das brigas entre os protestantes, insistiam no estudo da Bíblia em suas línguas originais, sob a influência esclarecedora do Espírito Santo e buscaram promover uma vida verdadeiramente piedosa, no entanto erraram por não dar o devido valor aos princípios científicos de interpretação das Escrituras: o estudo gramatical, histórico e analítico (Berkhof, 2004, p. 26).

<sup>7</sup> Movimento católico, criado no século XVI, em reação aos protestantes.

<sup>8</sup> Os jesuítas eram padres que pertenciam à Companhia de Jesus, uma ordem religiosa vinculada à Igreja Católica que tinha como objetivo a pregação do evangelho pelo mundo. Essa ordem religiosa foi criada em 1534 pelo padre Inácio de Loyola e foi oficialmente reconhecida pela Igreja a partir do papa Paulo III em 1540.

Jacob Boehme (1635-1705) foi o precursor do pietismo. Ele deu ênfase à espiritualidade interior e a misticismo<sup>9</sup>, abrindo o caminho para o movimento. Philipp Jakob Spener (1635-1705) é apontado como principal líder do reavivamento pietista. Zuck, mostra que Spener, como um bom luterano, buscou acabar com o formalismo morto e a teologia de meras palavras e credos. Em suas obras é possível notar o apelo de Spener à vida de santidades, ao exercício do sacerdócio cristão, ao estudo bíblico diário e à vida de oração (Zuck, 1994, p. 58). Virkler apresenta as apelações de Spener aos cristãos do seu tempo:

num folheto intitulado Anseios Piedosos ele pedia o fim da controvérsia inútil, o retorno ao interesse cristão mútuo e às boas obras; melhor conhecimento da Bíblia por parte dos cristãos, e melhor preparo espiritual para os ministros. (Virkler, 2007, p. 50).

A. H. Francke também contribuiu para o movimento. Ele seguiu bem de perto as ideias de Spener, no entanto se destacou pela erudição e trabalho. Foi exímio linguista e exegeta, além de missionário e promotor de ações em favor dos desamparados e enfermos.

Para Berkhof (2004, p. 26), Francke foi um dos “primeiros a insistir na necessidade da interpretação psicológica, no sentido de que os sentimentos do intérprete deveriam estar em harmonia com os do escritor que ele queria entender”. No entanto, Spener e Francke repeliam o tratamento textual das Escrituras, que, como diziam, só tratava da “camada exterior”.

Outra contribuição significativa à interpretação, em especial aos estudos textuais e linguísticos, foi feita por John Albert Bengel (1687-1752). Zuck afirma que “Bengel ficou conhecido como ‘o pai da crítica textual moderna’. Ele foi o primeiro erudito a identificar famílias ou grupos de manuscritos, com base em características comuns” (Zuck, 1994, p. 59). Bengel interpretou e expôs diversos textos bíblicos, mas uma de suas

<sup>9</sup> Concepção de que o homem pode adquirir conhecimentos diretos sobre Deus e ter comunhão com ele por meio de uma experiência subjetiva, à parte das Escrituras.

principais marcas foi exortar à aplicação da mensagem à vida pessoal. Seus métodos de interpretação foram marcados pelos seguintes passos: a) o estabelecimento do texto; b) a elucidação do sentido das palavras; c) o estabelecimento do contexto; d) a verificação do contexto bíblico; e) o auxílio obtido na verificação do fundo histórico; f) o significado geral do texto como um todo; e g) a aplicação homilética (Fee; Stuart, 2008, p. 244).

Embora os pietistas tenham contribuído significativamente para a interpretação, até mesmo para equilibrar o problema do confessionalismo, ele também recebeu muitas críticas. Virkler faz um comparativo e mostra que nos tempos áureos do pietismos predominava o desejo pelo entendimento através do método histórico-gramatical e a aplicação da Palavra de Deus à vida do leitor. No entanto, com o passar do tempo, muitos pietistas abandonaram a interpretação histórico-gramatical e “passaram a depender de uma ‘luz interior’ ou de ‘uma unção do Santo’”. Tal postura por parte de alguns pietistas acabou resultando em interpretações contraditórias e que pouca relação tinha com o significado do autor (Virkler, 2007, p. 50).

O pietismo influenciou um avivalista importantíssimo para o cristianismo, a saber, John Wesley (1703-1791). Wesley teve um papel preponderante na reação ao racionalismo. Para ele, “o significado da Bíblia é claro e que seu intuito é conduzir o leitor a Cristo” (Zuck, 1994, p. 59).

Os pietistas contribuem à interpretação contemporânea na medida em que mostram a importância de aplicar as Escrituras à vida do leitor, bem como a necessidades de iluminação do Espírito Santo para o correto entendimento do texto. Também é possível notar que não se pode valorizar o aspecto divino da Bíblia em detrimento de seu aspecto humano. A Bíblia é um livro divino e humano, por isso o intérprete precisa respeitar todos os seus pressupostos. Caso isso não aconteça incorrerá em erro, como mostra Berkhof: “as tendências místicas desses intérpretes os levavam a descobrir uma ênfase especial onde nada existia” (Berkhof, 2004, p.

26). A preferência ao aspecto humano da Bíblia em detrimento do divino será o principal erro dos racionalistas, como será visto adiante.

### 5.3 RACIONALISMO

Muito antes do período dito racionalista, os estudiosos cristãos já discorriam sobre a racionalidade da fé. Segundo Virkler:

durante vários séculos antes, a igreja havia acentuado a racionalidade da fé. Considerava a revelação superior à razão como meio de entender a verdade, mas a verdade da revelação foi tida como inerentemente razoável. Lutero estabeleceu distinção entre o uso magisterial e o ministerial da razão. Por uso ministerial da razão ele se referia ao emprego da razão humana para ajudar-nos a compreender e a obedecer mais plenamente à Palavra de Deus. Por uso magisterial da razão ele se referia ao emprego da razão humana como juiz sobre a Palavra de Deus. Lutero afirmava claramente a primeira e rejeitava a segunda. (Virkler, 2007, p. 50-51).

A partir da reforma a ênfase sobre o uso magisterial da razão aumentou significativamente. Com o surgimento do empirismo<sup>10</sup> aconteceu a união deste com o racionalismo. Tal junção estabeleceu o pensamento do período racionalista.

O Racionalismo dos filósofos René Descartes (1596-1650), Thomas Hobbes (1588-1679), Baruch Spinoza (1632-77) e John Locke (1632-1704) também influenciaram diretamente a interpretação bíblica nesse tempo.

É possível notar alguns pressupostos racionalistas desse período: a) a razão, e não a revelação, devia orientar o pensamento e as ações; b) a razão seria usada para julgar que partes da revelação eram consideradas aceitáveis (que chegaram a incluir somente aquelas partes sujeitas às leis

<sup>10</sup> Crença de que o único conhecimento válido que podemos possuir é o obtido através dos cinco sentidos.

naturais e à verificação empírica); c) o intelecto humano é perfeitamente capaz de discernir o que é verdadeiro e o que é falso (Virkler, 2007, p. 51).

Dessa maneira, a Bíblia só estará correta se corresponder à razão humana, caso contrário suas palavras devem ser ignoradas ou rejeitadas. Com os racionalistas a Bíblia passou a ser interpretada segundo interesses secundários e naturais (Lopes, 2013, p. 184).

Thomas Hobbes (1588-1679), um filósofo inglês, considerava a Bíblia um livro de regras e princípios para a república inglesa. Já para o judeu Baruch Spinoza (1632-1677), um filósofo holandês, a teologia (revelação) e a filosofia (razão) pertencem a campos distintos, os milagres bíblicos não foram literais e a razão sempre será o critério absoluto para julgar qualquer interpretação bíblica. Assim, o estudo bíblico só tem valor em virtude do interesse histórico (Zuck, 1994, p. 59-60).

O racionalismo tentou submeter a revelação divina aos critérios da razão humana, rejeitando a autoridade absoluta da Bíblia. Esse período alerta para o perigo de uma abordagem crítica que descarta elementos sobrenaturais e trata a Escritura como um mero documento histórico. A interpretação bíblica deve respeitar a inspiração divina do texto e reconhecer que a revelação de Deus transcende as limitações da mente humana. Os racionalistas foram os maiores incentivadores do cristianismo liberal e da forma destrutiva de crítica à Bíblia nos séculos XIX e XX. Esse é o assunto do próximo tópico.

## 6 PERÍODO MODERNO E PÓS-MODERNO (A PARTIR DE 1800)

---

O período moderno marca principalmente a crítica à Bíblia. A tentativa de união do racionalismo com a exegese bíblica não produziu bons frutos, embora “o método histórico-crítico tenha avançado em alguns aspec-

tos do nosso conhecimento de como a Bíblia foi feita, seus pressupostos acabaram por tirar o sobrenatural da Bíblia” (Lopes, 2003, p. 194). Neste tópico serão abordados os movimentos liberais, neo-ortodoxo e ortodoxo de interpretação.

O método histórico-crítico dos liberais destacou-se nesse período, onde as visões racionalistas ganharam ainda mais intensidade sobre interpretação da Bíblia, principalmente com o surgimento do Iluminismo<sup>11</sup> do século XVIII. Liberal é o nome dado aos estudiosos que rejeitaram os pontos de vista tradicionais de autoria bíblica e se valeram do racionalismo filosófico crítico (Virkler, 2007, p. 51).

Anteriormente a revelação de Deus determinava o que a razão deveria pensar, mas no período liberal o homem assume o lugar de Deus e a razão humana passa a julgar todas as coisas, inclusive determinar que parte da revelação, caso houvesse alguma, deviam ser aceitas como verdadeiras.

Bernard Ramm reforça descrevendo o método de interpretação histórico-crítico dos liberais. Para ele, “a mentalidade moderna era composta por paradigmas acadêmicos científicos. Tudo o que não está em harmonia com essa mentalidade deveria ser rejeitado” (Ramm, 1956, p. 63-64, tradução nossa). Isso significa dizer que a Bíblia passou a ser tratada como qualquer outro livro humano, sendo sujeita aos mesmos métodos comuns relacionados à história e críticas que a envolviam. Os milagres, as doutrinas do pecado, da depravação, do inferno e, por vezes, até a expiação vicária de Cristo foram rejeitadas por ofender a sensibilidade moral dos racionalistas e Jesus foi tratado apenas como um mestre de ética.

Escritores, como Schleiermacher (1768-1834 d.C.), negaram o caráter sobrenatural e a inspiração dos autores humanos por parte do Espírito

---

11 Movimento que, centrado na intelectualidade, se baseia na utilização da ciência e da razão para indagar os preceitos filosóficos de maneira empírica e racional, recusando quaisquer dogmas, principalmente os relacionados às doutrinas religiosas e/ou políticas.

Santo. Muitos dos teólogos e pensadores que continuavam crendo passaram a seguir o deísmo<sup>12</sup> como forma de conciliação entre a existência de Deus e o racionalismo. Segundo Virkler, “a pergunta dos eruditos já não era ‘que é que Deus diz no texto?’, e, sim ‘Que é que o texto me diz a respeito do desenvolvimento da consciência religiosa deste primitivo culto hebraico?’” (Virkler, 1987, p. 52).

A interpretação neo-ortodoxa do século XX mediou pontos de vista dos liberais e ortodoxos. Para a neo-ortodoxia as Escrituras são mais do que produto da experiência religiosa do homem, mas não chegam a afirmar que elas são a revelação infalível de Deus, pois, para eles, está cheia de erros e imperfeições.

Para Karl Barth (1886–1968 d.C.), a Bíblia torna-se a Palavra de Deus quando Deus escolhe o canal imperfeito para confrontar o homem com sua Palavra Perfeita. A Bíblia revela Deus ao homem, não em proposições sobre Deus, mas unicamente ao servir como um canal através do qual se realiza o encontro pessoal de Deus com o homem num ato de revelação. Numa experiência existencial, as palavras das páginas da Bíblia tornam-se vivas e falam pessoalmente ao homem (Lopes, 2003, p. 211-212).

Com os neo-ortodoxos a revelação divina deixa de acontecer no período dos registros históricos e passa a acontecer quando alguém lê as palavras da Escritura e reage com fé à presença divina. Segundo Virkler, “a revelação não é considerada como algo ocorrido num ponto histórico, o qual agora nos é transmitido nos textos bíblicos, mas uma experiência presente que deve fazer-se acompanhar de uma reação existencial pessoal” (Virkler, 1987, p. 52).

As histórias bíblicas com aspectos sobrenaturais são vistas como mitos, embora diferente do sentido pagão, não ensinam história literal. A narrativa de Gênesis sobre a criação do homem é um exemplo de “mito” e não pode ser tomada historicamente, mas serve apenas para concluir que o homem está sujeito a Deus; a encarnação e a cruz mostram a ineficácia

<sup>12</sup> Para os Deístas Deus criou o mundo, mas não interfere na criação.

do homem em salvar-se e que ela é um ato da graça de Deus. Com isso são verdades teológicas na forma de incidentes históricos (Ramm, 1956, p. 70-78).

O método chamado de ortodoxo considera a Bíblia a inerrante Palavra inspirada por Deus. Nesse contexto, existem aqueles que acreditam na inspiração verbal, onde as palavras da Bíblia procederam diretamente de Deus como forma de ditado divino para o “autor” que as colocou por escrito; e, por outro lado, aqueles que acreditam na inspiração plenária, onde a Bíblia é Palavra de Deus no sentido de resultado da mensagem geral que os autores foram levados pelo Espírito Santo a escrever, isto mesmo mantendo suas características e falhas naturais (Gusso, 2012, p. 17).

O método de interpretação dos ortodoxos visa procurar compreender mais plenamente o significado intencional do autor primário. Para isso, estuda-se a história, a cultura, a língua original e a teologia que os cercaram, com o objetivo de entender o que a revelação bíblica significava para esses beneficiários. Esse método passou a ser conhecido como o método gramático-histórico ou histórico-gramatical de interpretação da Bíblia. Ele emprega princípios gerais e métodos linguísticos e históricos coerentes com o caráter divino-humano da Bíblia (Virkler, 1987, p. 53).

A linha interpretativa pós-moderna surge na metade do século XX, influenciada diretamente pelo trabalho de F. Schleiermacher, R. Bultmann, F. Saussure, K. Barth, H-G Gadamer e J. Derrida”. Embora o pensamento de tais autores não seja uniforme, possuem pontos comuns: ênfase na sincronia do texto e não na diacronia, ou seja, procura analisar o texto em si, ignorando sua história; e partir do princípio de que o texto possui múltiplos sentidos e não apenas um, que no final parece ser uma espécie de retorno à alegoria, dependendo da criatividade do intérprete e não da intenção dos autores.

Para os pós-modernos, o conceito de verdade absoluta existente na modernidade foi totalmente rejeitado. A verdade passou a ser relativa e dependente do contexto social e cultural comum às pessoas. O conceito

de Deus é visto como totalmente relativo e a verdade entendida por cada um da sua própria forma. Não existe verdade, mas “verdades” que não se contradizem, mas se complementam. Assim, a inverdade passa a ser entendida como a afirmação de uma verdade fixa e absoluta. A mensagem cristã, para os pós-modernos, é ofensiva na medida em que apresenta o Cristo como a “única verdade” (Lopes, 2013, p. 199-201). Para facilitar o entendimento das reviravoltas da interpretação bíblica ocorrida a partir da reforma protestante, é apresentada na tabela a seguir:

## RESUMO DOS MÉTODOS DE INTERPRETAÇÃO A PARTIR DA REFORMA

Momento histórico	Ênfase interpretativa	Desenvolvimento prático
Reforma e Ortodoxia Protestante	Autor	Busca o sentido dado pelo autor humano, que pode ser determinado mediante análise gramático-histórico.
Método Histórico-Crítico (Modernidade)	Texto	Tem a razão como juiz, assim busca reconstruir a formação do texto bíblico por meio de métodos críticos.
Novas Hermenêuticas (Pós-modernidade)	Leitor	Anuncia a “morte” do autor original e despreza o processo formativo do texto. O grande foco da interação está no leitor com o texto.

FONTE: Adaptada de Lopes, 2003, p. 201.

A modernidade trouxe contribuições para o estudo das línguas originais e do contexto histórico das Escrituras, mas também deu origem ao liberalismo teológico, que minou a autoridade bíblica. O pós-modernismo, por sua vez, rejeitou a ideia de uma verdade absoluta, promovendo uma interpretação subjetiva e relativista da Bíblia. Esses movimentos ensinam que, embora seja válido utilizar ferramentas acadêmicas para entender o texto bíblico, a interpretação das Escrituras deve sempre reconhecer sua inspiração divina e manter-se fiel ao propósito original do autor. Se não agirmos dessa forma, corremos o risco de distorcer a mensagem bíblica, adaptando-a aos gostos e tendências culturais do momento, em vez de

sermos transformados por ela. A consequência disso é uma fé fragilizada, moldada por sentimentos e opiniões pessoais, e não por fundamentos sólidos. Além disso, perde-se a centralidade de Cristo nas Escrituras e enfraquece-se o chamado ao arrependimento, à obediência e à santidade. Portanto, é essencial unir o rigor acadêmico à reverência espiritual, submetendo toda interpretação à autoridade do Espírito Santo e à coerência com toda a revelação bíblica.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

---

A história da interpretação bíblica, como demonstrado neste estudo, revela a complexidade e a riqueza do esforço humano para compreender a revelação divina. Cada época, marcada por seus próprios desafios culturais, filosóficos e teológicos, contribuiu de maneira singular para a formação da hermenêutica cristã, seja através de avanços metodológicos, seja através de equívocos que também ensinam, pelo contraste, a necessidade de fidelidade às Escrituras.

A análise crítica das diversas escolas de interpretação evidencia que muitos desvios ocorreram quando se desprezou o sentido claro e histórico do texto bíblico, seja pela alegorização excessiva, pela sujeição do texto a filosofias externas ou pela redução racionalista da mensagem divina. Nesse cenário, a contribuição da tradição reformada merece destaque: ao adotar o método gramático-histórico, resgatou a centralidade das Escrituras como única regra de fé e prática, reafirmando o compromisso com a autoridade textual e com a iluminação do Espírito Santo na interpretação.

A principal resposta à pergunta norteadora deste artigo - “Quais contribuições a história da interpretação bíblica pode legar aos intérpretes contemporâneos?” - pode ser sintetizada em algumas direções fundamentais: (1) a necessidade de um método de interpretação que respeite

o contexto histórico e gramatical da Bíblia; (2) a centralidade de Cristo como eixo da leitura bíblica; (3) a humildade espiritual do intérprete, reconhecendo sua dependência da ação do Espírito Santo; (4) a vigilância contra abordagens hermenêuticas que relativizem o texto ou imponham significados externos ao seu conteúdo original.

Além de apresentar esse panorama crítico, a pesquisa também aponta caminhos para investigações futuras. O aprofundamento da relação entre hermenêutica reformada ou ortodoxa e os desafios da pós-modernidade, por exemplo, é um campo que carece de estudos mais extensivos, especialmente diante das tendências relativistas e subjetivistas que têm impactado a leitura bíblica contemporânea. Da mesma forma, a aplicação prática da hermenêutica correta em contextos pastorais e missionais representa um campo fértil para pesquisas que busquem integrar teoria e prática no serviço da igreja e da sociedade.

Assim, pretendeu-se com este estudo não apenas a descrever a história da interpretação, mas também a oferecer instrumentos teóricos e práticos para a formação de intérpretes bíblicos conscientes e comprometidos com a Palavra de Deus.

## REFERÊNCIAS

---

BERKHOF, Louis. **Princípios de interpretação Bíblica**. São Paulo: Cultura Cristã, 2004.

BÍBLIA SAGRADA. ARC. 4ª e.d. Barueri-SP: Sociedade Bíblica do Brasil, 2009.

BÍBLIA DE ESTUDOS DE GENEVRA. ARA. 2ª Ed. Sociedade Bíblica do Brasil. São Paulo: Cultura Cristã, 2009.

BÍBLIA ONLINE. ARA. Disponível em: <https://my.bible.com/pt>. Acesso em: 16 de set. de 2020.

BRUCE, F. F. **The History of New Testament Study**”. **Howard Marshall, ed., New Testament Interpretation: Essays on Principles and Methods.** Carlisle: The Paternoster Press, 1979.

DICIO. Dicionário Online de Português. Disponível em: <https://www.dicio.com.br>. Acesso em: 08 de Set. de 2020.

FARRAR, Frederic. **History of interpretation.** New York: Dutton, 1886.

FEE, Gordon D. & STUART, Douglas. **Manual de Exegese bíblica.** Tradução Estevan Kirschner e Daniel de Oliveira. São Paulo: Vida Nova, 2008.

GRANT, Robert M. **A short history of the interpretation of the Bible.** 2 Ed. Revised and Enlarged. Fortress Press, 1963.

GUSSO, Antônio Renato. **Como entender a Bíblia: orientações práticas para a interpretação correta das Escrituras Sagradas.** 9. ed. Curitiba: A. D. Santos Editora, 2017.

GUSSO, Antônio Renato. **Hermenêutica.** Curitiba: FABAPAR, 2011. Apostila FABAPAR.

KAISER JR., Walter; SILVA, Moisés. **Introdução à Hermenêutica Bíblica: Como ouvir a Palavra de Deus apesar dos ruídos da nossa época.** 3.ed. Trad. Paulo C. N. dos Santos; Tarcízio J. F. de Carvalho; Susanna Klassen. São Paulo: Cultura Cristã, 2014.

LOPES, Augustus Nicodemus. **A Bíblia e seus intérpretes.** 3.ed. São Paulo: Cultura Cristã, 2013.

MICKELSEN, A. Berkeley. **Interpreting the Bible.** Grand Rapids, Michigan: W. M. B. Eerdmans Publishing Company, 1963.

MOULE, H. C. G. **Veni Creator: thoughts on the person and work of the Holy Spirit.** London: Hodder & Stoughton, 1890.

NEWPORT, John P. **A Interpretação da Bíblia**. Em ALLEN, Clifton J. (ed. ger.) Comentário Bíblico Broadman: Velho Testamento. Rio de Janeiro: JUERP, 1987, vol.1.

PACKER, James Innell. **Entre os gigantes de Deus: uma visão puritana da vida cristã**. São José dos Campos, SP: Fiel, 2016.

PIRAGINE JR., Paschoal. **Hermenêutica bíblica**. 1a ed. Curitiba: Núcleo de Publicações FABAPAR, 2019.

RAMM, Bernard. **Protestant Biblical Interpretation**. 2nd ed. Boston: W. A. Wilde Co., 1956.

VIERTTEL, Weldon E. **A Interpretação da Bíblia**. 2.ed. Rio de Janeiro: JUERP, 1979.

VIRKLER, Henry A. Hermenêutica. **Princípios e Processos de Interpretação Bíblica**. Trad. Luiz Aparecido Caruso. São Paulo: Vida, 2007.

ZUCK, Roy. **A Interpretação Bíblica**. Trad. César de F. A. Bueno Vieira. São Paulo: Vida Nova, 1994.